

ASPECTOS DA "VILA DE CACHOEIRA" NO FINAL DO SÉCULO XVIII: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

Henry Luydy Abraham Fernandes*
Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira**

Resumo: Este artigo apresenta e descreve importante iconografia da cidade de Cachoeira desenhada em meados do século XVIII e traça comparações com outra planta da cidade elaborada no final do século XX. Aborda conceitos relevantes para a compreensão da dinâmica do campo patrimonial brasileiro, com destaque para as questões atuais relativas às cidades monumentos. Por fim, comenta sobre possibilidades de interpretação e obtenção de informações a partir de dados contidos na ilustração setecentista.

Palavras-chave: Cachoeira; iconografia; patrimônio urbano; bem cultural; preservação.

Abstract: This article presents and describes an important iconography of the Cachoeira city drawn in the middle of XVIII century and makes comparisons with another plant of the same city made in the late XX century. It approaches relevant concepts for the comprehension of the dynamic of Brazilian's patrimonial knowledge area, giving prominence to the current questions about monument cities. Finally, it comments on possibilities of interpretation and attainment of information from the data contained in the illustration dating from the XVIII century.

Keywords: Cachoeira; iconography; urban heritage; cultural good; preservation.

* Professor do Curso de Museologia, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia.

** Professora do Curso de Museologia. Bacharel em Museologia pela UNIRIO e Mestre em História Social da Cultura, PUC/RJ.

ASPECTOS DA "VILA DE CACHOEIRA" NO FINAL DO SÉCULO XVIII

Introdução

Este ensaio é um exercício de olhar. Sua proposta é desvendar e comparar o que nossos olhos vêem hoje ao passear por Cachoeira com o olhar de alguém que também via e registrava a Cidade no final do século XVIII.

Nada se sabe do autor/artista da gravura aquarelada intitulada "Mappa da Villa de Cachoeira" e que tomamos como documento base nestas reflexões; entretanto, ainda hoje podemos nos surpreender com a capacidade de representação, objetividade e detalhamento da gravura em questão, que acompanha e ilustra os manuscritos de um livro. Trata-se da obra "Memória sobre as Espécies de Tabaco que se Cultivam no Brasil, com as Observações sobre a sua Cultura, Commercio, Artes, com a Descrição Botânica das Novas Espécies, Estampas Iluminadas e Mappa da Villa da Cachoeira". O volume, que contém 64 páginas e 3 ilustrações foi publicado em 1792, sendo de autoria de Joaquim de Amorim de Castro.¹

Amparados no objetivo expresso de difundir a existência dessa tão relevante ilustração, em especial para os nossos pares e discentes, apresentamos ao leitor um roteiro de passeio pela "Vila de Cachoeira", passando por seus principais edifícios, logradouros e locais públicos.²

Nossa idéia é despertar um olhar comparativo e de preservação para a cidade de Cachoeira, feito também através de cuidadoso exame e descrição tanto das edificações quanto da percepção sobre o desenvolvimento da malha urbana da cidade.

Expomos ainda alguns apontamentos acerca do documento que tomamos por base neste ensaio e levantamos algumas reflexões acerca do patrimônio urbano de forma aplicada ao conjunto urbano da Cidade de Cachoeira.

Patrimônio urbano e cidade monumento: caminhos e descaminhos num vôo

Antes de iniciarmos nossas andanças pela "Vila de Cachoeira", gostaríamos de propor um rápido vôo pelas idéias de monumento nacional e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano. Estas noções e suas sucessivas apropriações e modificações ajudam a esclarecer o modo como as sociedades assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade. Sobrevoando as cidades de Ouro Preto, Cachoeira e Brasília vamos esticar a linha do tempo e voar no espaço. A noção de patrimônio urbano difundida a partir de 1970 deu-se, no contexto europeu, de forma relacionada ao desenvolvimento da disciplina urbanismo, mas também como resultado da própria metamorfose da noção de monumento histórico e cidade monumento.

No Brasil, a discussão e a legislação em torno das cidades monumentos obedecem a outros encadeamentos que se relacionam à própria dinâmica do campo patrimonial brasileiro. Embora possamos considerar a grande influência dos paradigmas modernistas, sobretudo aqueles relacionados à arquitetura brasileira e sua atuação no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), nas paragens tupiniquins a discussão sobre as cidades monumentos vinculava-se também a outras correntes intelectuais e desenvolveu-se antes mesmo da criação do SPHAN.

Neste sentido, a elevação da cidade mineira de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional em 1933, antes da criação do SPHAN em 1937, representa um marco institucionalizado vinculado à idéia de preservação da cidade enquanto monumento nacional bem como à valorização de elementos decorativos, artísticos e históricos presentes na cidade e expressos em seus monumentos, geralmente encarnados em marcos arquitetônicos. Da mesma forma, a atuação da Inspeção de Monumentos Nacionais entre os anos de 1934 a 1937 ainda em Ouro Preto ao restaurar seus principais monumentos,

¹ Joaquim de Amorim de Castro, ca. 1750-1817. Doutor em Direito pela Universidade De Coimbra, desembargador da relação do Rio de Janeiro e membro correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa. Dados disponíveis em: <http://opac.porbase.org/ipac20/ipac.jsp>. Site da Biblioteca Nacional de Portugal. Acesso em: 13 de julho de 2007 às 12h35min.

² Tomamos a citada gravura reproduzida no livro: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 55 (Coleção Uspiana – Brasil 500 Anos).

reafirma seu valor memorial sublinhando sua unidade a partir da soma de suas várias edificações, civis e religiosas.³

É paradoxal que o maior "inimigo" e o maior "aliado" na conservação das cidades tenha sido sempre o afã modernizador. De Roma à Veneza, passando por Paris e pelo Rio de Janeiro, fazendo um desvio entre Ouro Preto e Belo Horizonte. Assim, associada à tarefa de modernizar as cidades em nome da higiene, do trânsito e até da estética, destruiu-se muito, mas também se despertou a necessidade de discussão sobre o que deveria ser preservado e mantido como exemplo (alinhamento moral), como modelo (alinhamento estético) ou como monumento (alinhamento memorial).

Da noção de monumento nacional à noção de patrimônio urbano, longo caminho foi percorrido e ainda que essas noções sejam muitas vezes empregadas como sinônimos convém assinalar um aspecto essencial que demarca a diferença entre elas: a percepção acerca da estrutura das cidades monumentos ou "antigas". Por estrutura entendemos a sua malha, vista como essência da cidade, caracterizando-a e fazendo dela objeto de preservação enquanto patrimônio urbano. Assim, ganha muito valor a arquitetura doméstica que ao lado dos grandes edifícios religiosos e civis fazem os conjuntos urbanos adquirirem status patrimonial. Da mesma forma, os espaços públicos, tais como paços, praças e traçado de ruas ganham importante dimensão nessa perspectiva.

Assim, no caso de Cachoeira é também sua arquitetura doméstica, a contigüidade e a continuidade de suas habitações, à beira do rio ou das principais ruas, bem como os espaços habitados, grandes quarteirões de construções que somados aos seus monumentos e edifícios ditos notórios constituem objeto de preservação. Mais do que isso, a própria dinâmica da vida na cidade sugerida pela forma de sua ocupação é que deve ser relevante para entendermos sua elevação à Categoria de Monumento Nacional pelo Decreto 68.045 de 18/01/1971. Assim, numa abordagem museológica interessa valorizar e entender a forma como seus habitantes se enraizaram no tempo e no espaço.

A preservação das cidades denominadas monumentos e, por extensão, da sua malha urbana não pode ser confundida apenas com a conservação dos monumentos e edificações existentes na cidade. Numa linha mais radical, a própria degradação e o estado de ruína de certas edificações podem ser incorporados às cidades como aspectos importantes de serem evidenciados na medida em que espelham e documentam a própria organicidade. A preservação e conservação das ruínas em centros urbanos não é tão incomum, como é o caso da cidade eterna Roma e do Parque das Ruínas no Bairro de Santa Teresa na cidade do Rio de Janeiro. Ainda que a especulação imobiliária presente nos centros de alta densidade populacional e muito especialmente nos chamados históricos seja devastadora, ainda assim é possível argumentar a favor da estética presente nessas edificações decadentes e planejar sua sustentabilidade. Uma vez garantidos estruturalmente, esses edifícios podem ser adaptados para finalidades não estritamente funcionais, mas também contemplativas e de lazer. Sobre Cachoeira ressalta-se a importância de um alinhamento memorial na medida em que seu "título" como Monumento Nacional vincula-se especialmente ao papel da qual é revestida, sendo importante perceber o valor de reverência dado pelo homem ao acúmulo e sedimentação do tempo que, enlaçado no movimento muito próprio da memória, vincula a cidade fortemente ao presente, fazendo-a assumir o papel de "reviver o passado", ou "ressuscitar o passado".

Diferente, por exemplo, de nossa Capital, a cidade de Brasília, reconhecida como Patrimônio da Humanidade. Neste caso, o título que lhe é computado é expresso sobretudo devido ao seu projeto arquitetônico que lhe confere status de obra de arte. Não é, nesse caso, destacado o caráter memorial e sim o estético, tomando-a como modelo e revelando as aproximações entre a arte, o urbanismo de Lúcio Costa e a arquitetura na linha do reconhecido Oscar Niemeyer.

Destaca-se ainda no caso de Cachoeira a relevância do que chamamos alinhamento moral,

³ A Inspeção de Monumentos Nacionais foi criada em 1934 por Gustavo Barroso. Tendo funcionado de 1934 a 1937, está vinculada à atuação deste intelectual à frente do Museu Histórico Nacional. Associa-se também ao Curso de Museus criado em 1932 e que funcionava nas dependências do Museu. Ver: OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *Ouro Preto: A cidade sagrada*. Anais do Museu Histórico Nacional. Ministério da Cultura/IPHAN: Rio de Janeiro, vol. 35, 2003, p. 249-267.



Fig 01 : Gravura aquarelada. Título: "Mapa da Vila de Cachoeira". s/data. Autor não identificado. Reproduzida no livro: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 55.

expresso através do valor de exemplo. Admitindo as diversas temporalidades possíveis e a conseqüente variação dos sentidos dados pela experiência histórica, Cachoeira veste-se com o manto de cidade heróica,⁴ associa-se fortemente ao discurso da História Magistra Vitae, chamada mestra da vida. Cachoeira sustenta o título heróica, reafirma a história (Historie) como somatório e receptáculo de experiências da atividade humana, valorizando o exemplo dado que deve ser aprendido e repassado dentro de uma visão tida como pedagógica.⁵

Sobre os edifícios notórios - em especial os religiosos

Abordaremos, num roteiro seguindo sempre da direita para a esquerda, os seguintes edifícios de notável mérito arquitetônico que resistiram ao tempo e com os quais ainda convivemos: o Convento e Igreja do Carmo, integrado pelas Ordem Primeira e Ordem Terceira; a Casa de Câmara e Cadeia; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário; a Igreja da Nossa Senhora da Ajuda; a capela da Santa Casa de Misericórdia; e, por fim, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte. Assim, teremos percorrido quase de um extremo a outro, na margem esquerda do Paraguaçu, o principal aglomerado urbano da Vila da Cachoeira, detendo-nos perante os seus principais símbolos erguidos em "pedra e cal".

⁴ Elevada à Cidade Heróica pela Lei Provincial nº. 43, de 13/03/1837.

⁵ Sobre a discussão historiográfica ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Pasado: por uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.

Conjunto do Carmo

Identificado pelo número 6 na gravura está o complexo do Convento e Igreja do Carmo. Além do Convento, o complexo do Carmo é composto por dois templos, sendo um deles pertencente à Ordem Primeira e outro pertencente à Ordem Terceira. A Igreja da Ordem Primeira é de meados do século XVIII, sendo que a data de 1773 marcada em seu frontispício é relativa à reforma pela qual passou e da qual deriva a nobre galilé avançada. Apresenta, na aquarela em análise, um frontão ostensivamente rococó, vazado por um único óculo circular ladeado à direita pela torre. Destaca-se na portaria lateral da torre o singelo alpendre que confere uma aprazível sombra e proteção à porta.

À esquerda vemos a Igreja da Ordem Terceira cujo estilo remete ao Missionário, pela referência ao aspecto sóbrio e austero das nossas primeiras capelas coloniais. Ostenta marcação de data na portada relativa a 1724, possivelmente a data do final das obras de sua construção.

Algumas observações são interessantes de serem notadas ao cotejarmos a gravura analisada com o desenvolvimento do complexo arquitetônico em questão:

A primeira delas aponta o marco cronológico situado entre os anos de 1810 a 1866, período provável no qual foi levantado um alto muro que isolou o conjunto. Posteriormente, por impedir a visão, tal muro foi rebaixado. Hoje permanece remanescendo na forma de portão ladeado por mureta, sobreposta por gradil de ferro em sua extensão, por toda a frente da Ordem Terceira.

Na gravura, podemos observar a presença de uma linha assim similar, inclusive com o mesmo traçado, ou seja, nascendo na lateral da capela (onde estão os compartimentos do cemitério/ossuário), flexionando-se em cerca de 90 graus e apoiando-se na junção lateral entre a galilé e a nave da Ordem Primeira. Caso esse seja o tal muro alto de 1810/66, o período estimado da gravura em análise deveria ser revisto. Contudo, como não figura o monumental portão dotado de cornija e frontão em



Fig 02: Carta da Cidade de Cachoeira e São Félix. "Cachoeira e S Félix Situação dos Centros Históricos." Escala 1:8000. Reproduzida no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1997, p. 33.

ASPECTOS DA "VILA DE CACHOEIRA" NO FINAL DO SÉCULO XVIII

alvenaria, sobre o qual foi gravada a data de 1810, pode-se supor ser o muro notado tão-somente um precursor daquele outro, mais alto.

Casa de Câmara e Cadeia

Tomando a atual Rua Inocência Boaventura, perante o Conjunto do Carmo, e caminhando nela em direção à esquerda iremos nos deparar com o próximo edifício, sobre o qual gostaríamos de assinalar alguns aspectos. Identificado pelo número 3, na atual Praça da Aclamação, vemos o edifício correspondente à Casa de Câmara e Cadeia, cujas obras foram concluídas em 1712. Uma característica marcante da Casa de Câmara e Cadeia de Cachoeira é sua inconfundível escadaria de pedras evidentes, dispostas numa linha quebrada em dois ângulos. A escadaria é o acesso que conduz ao pequeno espaço emoldurado por uma arcada de quatro arcos, a fechar a fachada do primeiro pavimento, assentado numa cinta de cantaria que contém o aterro.

Nesse pormenor do desenho é permitido ao observador conferir uma suposição aventada por Smith,⁶ segundo a qual haveria uma "torre" na lateral esquerda do edifício, justamente aquele lado voltado para o Conjunto do Carmo. Ao observarmos detalhadamente a aquarela nota-se a representação de um piso a mais, confirmado por um balcão na fachada frontal e a lateral composta por uma linha de janelas, rematado por telhado de uma água, claramente destacado das outras águas da cobertura. Porém, por sua extensão, que aparenta acompanhar a profundidade total da Casa de Câmara, poderia ser melhor definido como uma ala superior, bem mais ampla do que se presumiria pelo termo "torre".

Em todo o caso, os dados ainda não permitem nenhuma conclusão categórica.

Matriz de Nossa Senhora do Rosário

Mais uma vez tornando a rua que aqui nos trouxe e mantendo a demanda para a esquerda iremos até a próxima parada.

Identificada com o número 4, grafado de forma peculiar e sinuosa, reconhecemos a magnífica Igreja de Nossa Senhora do Rosário, atual matriz da cidade da Cachoeira, já pronta na primeira metade do século XVIII. Mostra-se agora recém restaurada e devolvida à população em seu mais digno esplendor.

Interessante notar que ao observar a Igreja Matriz salienta-se o ponto de vista daquele que fez o desenho, o autor da gravura. Como essa imagem foi composta a partir de um ponto elevado, situado nas encostas da hoje cidade de São Félix, o que se apresenta bem distinguível daquela Matriz são as duas torres arrematadas por suas coberturas em forma piramidal, sucedidas pelos dois patamares de telhados em duas águas, respectivamente pertencentes à nave e ao altar-mor.

Deste último ainda vemos o óculo e, abaixo, o telhado dos cômodos posteriores, destinados aos serviços internos e ao uso do vigário.

Perante essa Igreja, àquela época, iniciava-se da sua fachada com portadas ornadas em cantaria sobre lioz portuguesa, infelizmente não desvendada pelo ângulo da representação, um adro que se prolongava para fora da urbe, na forma de um caminho trilhando, certamente, para os terrenos dos engenhos, do Iguape e daí para Santo Amaro da Purificação.

Igreja de Nossa Senhora da Ajuda

Prosseguindo por esse nosso passeio imaginário, dobraremos à esquerda imediatamente após a Matriz, caminhando até a próxima esquina e, desta vez, virando à direita para, um pouco mais a diante, entrar de novo à direita, onde, ao final da pequena e inclinada ladeira, podemos constatar o primeiro templo dessa então Vila.

⁶ Suposição levantada por Robert C. Smith, no seu artigo "*Some Views of Colonial Bahia*". Ver: *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, Volume III, Monumentos e Sítios do Recôncavo, II Parte, Secretaria da Cultura e Turismo, Governo do Estado da Bahia, 2ª ed. 1997, p. 44.

Identificado pelo número 8, facilmente visto ao seu lado, ergue-se a primitiva Matriz, dedicada a Nossa Senhora da Ajuda, levantada em fins do século XVII, mais precisamente em 1687, datação indicada na própria obra, embora se saiba ser essa já uma reconstrução de outra anterior ermida, datada do período de 1595 a 1606, cujo orago era Nossa Senhora do Rosário.

A Igreja de Nossa Senhora da Ajuda que podemos apreciar atualmente consiste de uma pequena construção, se comparada à Igreja Matriz do Rosário que acabamos de visitar, todavia, possui considerável significado sendo uma das ermidas a manter, embora alterado, o característico copiar, guarnecido de gradil de madeira, à entrada.

Consta do Inventário do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-IPAC, uma pequena gravura que nos dá o aspecto do templo em 1866.⁷ Destaca-se dessa iconografia a ausência de elementos arquitetônicos que lhe foram acrescidos ao longo dos séculos. São eles: a torre sineira acessível pela escadaria externa e o salão contíguo, ambos ao lado direito (esquerdo do observador); o nártex fechado dotado de um único envasamento central e cobertura de três águas sem frontão, e por fim um salão anexo, usado para reuniões dos mantenedores e das congregações.

Ainda no Inventário do IPAC, logo abaixo da pequena gravura citada acima, com escala e ângulo quase equânimes, imprimiu-se uma fotografia do começo do século XX, na qual podemos perceber a presença do dito salão e torre, além da abertura de duas outras envasaduras para portas, ladeando a primeira, bem como um par de "respiros" quadrilobados na parede lateral. Consta ainda a colocação de um frontão, guarnecido por platibandas nas suas laterais, obliterando totalmente a visão do telhado.

Comparando rapidamente as duas imagens citadas, salta aos olhos o maior grau de semelhanças de elementos entre a aquarela, base do presente artigo, e a gravura de 1866. Entretanto, chama a atenção o fato da representação da capela-mor, coberta por cúpula, que assumiu uma forma deveras particular no pincel do artista setecentista. De tal sorte que onde está a referida capela-mor, um olhar menos minucioso veria a presença de uma torre posterior, quase disjunta, situada na posição de uma suposta abside. Coisa que concretamente não existe naquele templo.

Talvez essa distorção derive de uma ilusão de ótica pelo ângulo de representação donde partia a vista do autor. Hoje, com o acréscimo de construções ao redor desse edifício religioso, mesmo que possamos nos situar no provável ponto de tomada para a aquarela em questão - seguramente nas proximidades de uma grande torre metálica que ser projetada contra o horizonte, no cimo das montanhas do lado da cidade de São Félix - jamais recuperaremos aquele aspecto da igreja, posto que está encoberto.

Ainda sobre a sua implantação, o que há de singular na ambientação da ermida da Ajuda consiste na delimitação do seu sítio. Observando a disposição das casas ao seu redor torna-se evidente que ela foi, na prática, cercada por um "cinturão" contínuo de construções de tal sorte que o modesto outeiro sobre o qual se assenta proporcionava-lhe um destaque que hoje está sensivelmente atenuado. Isso se dá em parte tanto pelo referido crescimento urbano, com o acréscimo de mais edifícios, cujos pavimentos também passaram de um para ao menos dois, quer ainda pelo preenchimento adensado dos espaços antes abertos. Atualmente com o correr dos olhos pela cidade, mal podemos sentir a presença da antiga capela.

Capela da Santa Casa de Misericórdia

Continuando nosso passeio seguimos agora passando por trás da Capela da Ajuda, retornando à mesma rua que serve à fachada da atual Matriz e dobramos para a esquerda. Por esse logradouro seguimos até atingir um largo triangular ao vértice do qual se encontra a quinta igreja a visitar.

Identificada pelo número 10, riscado de uma forma bem idiossincrática, mais conforme a um Io pousado ao lado do beiral, reconhecemos a Capela da Santa Casa de Misericórdia, datada da primeira metade do século XVIII. Naqueles idos compunha-se de uma nave única aberta por uma só

⁷ *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, 1997, p. 50.

ASPECTOS DA "VILA DE CACHOEIRA" NO FINAL DO SÉCULO XVIII

envasadura e ventilada/iluminada por um óculo circular central na fachada, um altar-mor e um corredor lateral fechado. Some-se a isso um muro e um conjunto de casas pegadas e se obtém a delimitação do seu talhão respectivo, que parece fronteiro ao córrego Pitanga, dentro do espaço urbano.

Aproveitando a ocasião de estarmos nessas paragens da cidade é interessante notar uma ausência em nossa gravura. Esta ausência é imprescindível para a boa compreensão de Cachoeira, sobretudo no que diz respeito à sua evolução física e urbana e, em conseqüência, para uma melhor compreensão dos costumes e vida na cidade. Aludimos ao grande chafariz público em estilo Neo-Clássico, exibindo hoje as armas do Império aos transeuntes da contemporânea Praça Aristides Milton.⁸

Sua datação, em sua forma primitiva, é do final do século XVIII, tendo sido concluído após 1796. Esse marco cronológico poderia ser usado, presumivelmente, como tempo limite superior para o estabelecimento do período e datação da aquarela que estamos descrevendo, já que nela não se faz nenhuma menção a esse importante equipamento público de abastecimento de água, que estaria em local de tão fácil e segura percepção. Em outras palavras, o que há lá naquele trecho é apenas terreno limpo, conforme o amplo espaço vazio ali disponível entre a Santa Casa e um outro edifício isolado, identificado com o número 11.

Tendo rapidamente apreciado a bucólica igrejinha, sem ver sinais do chafariz, sigamos adiante, dando continuidade ao nosso passeio virtual.

Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte

Agora faremos uma jornada maior, cortando quase por completo os setores da malha urbana e indo ao extremo de montante do aglomerado. Descemos o mesmo largo triangular da Santa Casa, cruzamos o riacho Pitanga por sobre uma abaulada ponte de três arcos, vamos pela rua sempre em frente, até uma mais larga abertura da fileira de casas para a esquerda, que nos permite conhecer o declive para uma trinca de docas, o que presumimos se tratar do cais de onde, ao final do século XIX, por volta de 1885, seria consolidado o encontro e cabeceira da ponte metálica posta a serviço da linha férrea que se transformou num dos ícones de Cachoeira. Porém, não é a ponte Dom Pedro II que agora nos interessa, mas, sim, o templo que está representado à esquerda desse caminho do cais. Carecendo de identificação visível na prancha, como o feito para as demais, no entanto perfeitamente reconhecível, está a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte, que atualmente passa por processo de restauração. Obra com feições modestas, composta por nave única, altar-mor e porta lateral, resguardada em sua fachada por um aparente nártex fechado, este muito à moda e claramente inspirado na solução adotada no feitio da Ajuda.

O desenho deve representar a Igreja recomeçada por se levantar em 1784 e remodelada, a partir de 1796, período supostamente posterior ao traço de nossa aquarela. Exatamente por tal fator cronológico não se percebe a sua torre, nem tão pouco os demais espaços que perfazem a sua volumetria de agora.

Certamente, e o mesmo raciocínio se aplica aos demais exemplares arquitetônicos transformados abordados aqui, os alicerces de tão pictórica construção estão sob o assoalho da atual, o que somente pode ser verificado em algum tipo de intervenção, tal como reformas, instalações de águas, elétricas, telefônicas, ou ainda reformas e reforços estruturais, devidamente autorizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Essas estruturas, enquanto estiverem sob a terra, onde estão, permanecem seguras e conservadas. Havendo a necessidade de algum tipo de intervenção, o acompanhamento de tais obras é fundamental para o correto reconhecimento e proteção, tanto das estruturas construtivas como da cultura material que por ventura acompanhe os alicerces e que serão importantes em sua contextualização. Fonte primeira e primária para a compreensão do período cronológico, do universo social e simbólico onde se inseriam.

⁸O Chafariz foi utilizado como inspiração para criação da Logomarca dos alunos do Curso de Graduação em Museologia do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB.

Sobre os logradouros e largos

Após esse breve recapitular das principais edificações da Vila da Cachoeira, é o momento de olharmos para a tessitura urbana, para o traçado das suas vias públicas, e, após esse segundo exame, considerar os predicados do anônimo autor de tão fidedigna ilustração. Teria sido ele um antigo aluno da aula militar, que produziu expoentes como Caldas, sargento-mor e compositor de tantas gravuras sobre Salvador? O fato é que esse desenho aquarelado configura-se como uma das mais precisas representações do conjunto e dos detalhes, reunido condições suficientes para ser apontado como uma iconografia de excepcional interesse para pesquisas futuras em amplos campos do conhecimento, indo da história à arquitetura, trilhando pela museologia e pela arqueologia.

O estudo morfológico das cidades e, portanto a história formal do seu espaço, constitui um instrumento importante para os estudos na museologia. Compreender o desenvolvimento do espaço urbano é essencial para pensarmos as estratégias de atuação e intervenção preservacionista bem como para compreendermos os contextos de ocupação e organização social que espelham e ao mesmo tempo moldam a organicidade.

No que alude aos espaços de circulação, comecemos pelo mesmo início de quando tratamos dos edifícios e iremos de modo mais célere, posto que a correspondência seja ululante. A rua que passa perante o complexo do Carmo, identificada pela letra n e m, da direita para a esquerda, grafadas diretamente sobre o leito transitável, corresponde, usando como parâmetros as plantas constantes no IPAC, à atual Rua Inocêncio Boaventura. Caminhando para a esquerda, chegamos à Praça da Aclamação, identificada pelo número 3. Deste largo até a Santa Casa de Misericórdia está uma longa via, com duas letras reconhecíveis: j e l, que correspondem à atual Ana Neri, findando na Praça Dr. Milton, onde está a capela da Santa Casa. Partindo desse espaço amplo vemos a contemporânea Rua Treze de Março, atravessando por sobre o córrego Pitanga em uma aprazível ponte abaulada de três arcos, identificada pela letra h, a montante.

Contornando o quarteirão irregular que contem o outeiro da Ajuda, estão as ruas Rui Barbosa, identificada pela letra q; Treze de Maio, pelas letras r e s, passando por trás da atual Matriz e interceptando a larga Rua Vinte e Cinco de Junho, não identificada no desenho, porém, exibindo ao seu término, às margens do Paraguaçu, uma escadaria ou rampa de acesso e de desembarque - identificada pelo número 1 - e, poucos metros a frente, com o número 2, uma coluna sobreposta por guião, elevada do nível do solo por escadaria tronco piramidal de base hexagonal. Seria um pelourinho? Atualmente essa ambiência corresponde à Praça Teixeira.

Daqui, partindo para a direita, temos uma curta rua, a atual Sete de Setembro, que acessa uma restrita e pequena enseada, de um lado dotada de cais de cantaria com escada de acesso - aliás, o dito cais começa na Praça Teixeira e termina aqui - cujo atual nome é bem sugestivo: Rua da Rampa dos Saveiros, indicando as atividades que ali sempre parecem ter se desenrolado. Desse ponto, subindo a aludida rampa, notamos a Rua Marechal Floriano Peixoto que termina perante o complexo do Carmo.

Atravessando o córrego Pitanga, na já comentada ponte de três arcos, percorremos espaços mais abertos. Aqui há que tomar um pouco de cuidado. Logo após a ponte temos um pequeno quarteirão que corresponde ao local do atual Mercado Municipal, ou melhor, do seu largo: a Praça Maciel.

Em seguida, a Rua Prisco Paraíso, muito ampla na imagem, todavia já mostrando o seu formato triangular peculiar e maior culpado pelo principal ponto crítico contemporâneo do trânsito cachoeirano, pois representa o mais afunilado estrangulamento por onde devem passar tanto os pedestres com os automóveis, até mesmo os ônibus que servem à população. Prosseguindo para a esquerda percebemos a bifurcação da Paraíso na Rua Rodrigo Brandão, sem identificação na aquarela e na rua Engenheiro Lauro de Freitas, identificada pela letra g - que foi posta precisamente no início da bifurcação. Adiante, pela mesma via, temos a Rua Maestro Irineu Sacramento, identificada pela letra f.

Abaixo, em direção à margem do Paraguaçu, temos um espaço aberto, no qual estão algumas fileiras de casas bem juntas e também onde sai o caminho que desce da Capela da Nossa Senhora da

Conceição do Monte. Esse local hoje se denomina Praça Manoel Vitorino. Nesse setor da Vila temos um interesse particular, pois aí, na junção das ruas identificadas por f e g, ou nas atuais Maestro Sacramento e Lauro de Freitas, aproximadamente sobre o quarteirão de cinco casas (aparentemente quatro térreas e um sobrado, no extremo direito, pelos detalhes da gravura), voltado para a rua que desce ao cais de madeira, estará em breve instalado o Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Sobre a hidrografia local

Para Cerdá, considerado o fundador do urbanismo enquanto disciplina autônoma, "a vida urbana se compõe de dois elementos essenciais que englobam todas as funções e todos os atos de vida. O homem descansa, se move: Isso é tudo. Não existe senão repouso e movimento".⁹

Essa visão dual, sintética das atividades humanas se materializa na cidade através de dois pólos estruturantes e complementares: a vida na casa e a vida de movimento. Assim, as ruas como as principais vias de acesso e transporte ganham especial destaque, pois são orgânicas em relação à função do movimento.

No caso de Cachoeira, no que toca às suas vias de transporte e recursos hídricos, não podemos deixar de considerar que o Rio Paraguaçu era o principal meio de transporte e escoamento de mercadorias para a capital Salvador e que Cachoeira era um importante entreposto comercial no período aludido pela gravura que descrevemos.

Ademais parece oportuno lembrar a inigualável leitura de Sérgio Buarque de Holanda no que tange aos processos de urbanização relativos à colonização portuguesa e sua distinção em relação à castelhana. Segundo o autor, as comunicações por via marítima e na ausência destas por via fluvial, constituem-se o fundamento do esforço colonizador de Portugal. Neste sentido, "os regimentos e forais concedidos pela Coroa Portuguesa, quando sucedia tratarem de regiões fora da beira-mar, insistiam sempre que se povoassem somente as partes que ficavam à margem das grandes correntes navegáveis, como o Rio São Francisco".¹⁰

Alusivo aos cursos d'água, constam os três principais córregos ou riachos da margem esquerda do Paraguaçu, que se integram na vida da Vila. Sobre os seus nomes atuais, algumas dúvidas estão presentes. Seriam, da esquerda para a direita, o Caquende ou então o córrego da Serra; o Pitanga e para esse não há a menor sombra de dúvida; por fim, teríamos o Três Riachos, ou um outro, ainda sem informes atuais sobre a sua denominação.

O Caquende ou córrego da Serra está visível na lateral direita, ao termo da rua que vem do conjunto do Carmo, identificado pela letra B imediatamente acima de uma passarela presumidamente em madeira. No presente ele faz foz atrás do estádio municipal. Note-se que toda essa superfície da desembocadura não era antes ocupada, apontando se tratar de uma zona de charco que agora foi tomada do Paraguaçu para a implantação do campo de futebol e suas demais estruturas.

O seguinte é o rio Pitanga, claramente o mais longo deles, vindo das terras do tricentenário Seminário de Belém e acionando engenhos reais ao longo do seu curso, dentre os quais ainda se podem ver com facilidade os testemunhos de um lance de aqueduto na mata do parque das Cachoeiras, à entrada da cidade pela estrada BA-026. O Pitanga está centrado na imagem e identificado pela letra C, posta abaixo da ponte em cantaria ou alvenaria de três arcos. Como a sua margem esquerda ostenta a mais densa concentração de construções e pela própria forma de malha que apresenta, sugere que esse riacho teria sido um dos limites para o núcleo da primitiva Vila. O único exemplar

⁹ CERDÁ. *Teoría general de la urbanización*, Madri, 1867, p. 595. Citado por: CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006, p. 196.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982. 15ª ed, p. 71. Remetemos especialmente ao capítulo IV O Semeador e o Ladrilhador com destaque para a análise sobre *A fundação de cidades como instrumento de dominação*.

arquitetônico notável além do Pitanga, ou seja, na sua margem direita, consiste na igreja de Nossa Senhora do Monte, mesmo assim, mostra-se bastante acanhada se comparada com as igrejas da outra margem. O vasto espaço hoje ocupado pelas travessas Camarão, Adrião, Ribeiro, pelas ruas Virgílio Damázio e Virgílio Reis, além das praças Góes Calmon, Ubaldino de Assis e parte do quarteirão onde está a quadra desportiva ao lado do Tiro de Guerra foi conquistada ao brejo ou possível mangue onde desaguava o Pitanga, como podemos claramente perceber olhando a imagem. Ou, com outro enfoque delimitador para esse mesmo espaço nivelado e aterrado temos os seguintes limites: da casa isolada perante o primeiro cais de madeira e que corresponderia, grosso modo, a atual estação rodoviária de Cachoeira até uma outra casa adjacente a um terreno murado, dotado de algo que se assemelha a uma cruz (seria um cemitério?), ao final da rua que desce da igreja da Ajuda.

Por fim, temos o curso no extremo esquerdo da iconografia, o suposto córrego Três Riachos, todavia é mais provável que se trate de uma outra pequena corrente, e que agora realmente está sob a cidade. Enquanto os outros dois córregos mostrados vêm por detrás dos topos divisores do horizonte, também retratado, esse tem a sua nascente aflorando a cavaleiro da atual Rua Maestro Irineu Sacramento, conforme o que divisamos do traço usado pelo desenhista para a sua calha ou leito. Posteriormente, deve ter sido canalizado sob o leito da Rua São Cristovam ou imediações, no talvegue detrás do sopé da igreja do Monte, portanto bastante afastado de onde flui o córrego agora chamado de Três Riachos.

Como apenas um breve exemplo da potencialidade da iconografia que ora apresentamos, particularmente no que tange a um tipo de abordagem arqueológica voltada e debruçada diretamente sobre a interpretação da paisagem, dentre tantas outras possibilidades de "leitura" desse excepcional documento, apontamos para as instalações registradas na barra desse último córrego citado. Ali, perante três ilhotas a montante da ilha grande e sobre a ponta da qual se ampara nos nossos tempos um dos pilares da ponte Dom Pedro II, está presente um conjunto de três casas em um presumido terreiro ou pequeno largo cercado pela mata. Tal sítio, notoriamente isolado da vila por via terrestre, posto que nenhum caminho o liga com Cachoeira, parece ser dotado de um paredão ou muro com portão postado diretamente sobre o Paraguaçu, podendo tratar-se de uma unidade independente de embarque e desembarque (um cais em cantaria?). Tal reunião de fatores apontaria para uma unidade rural produtora (fumo ou açúcar?) que foi se integrando e sendo englobada aos poucos pelo crescimento da Vila. Nesse dito terreiro, mais para a margem do córrego, pode se perceber os vestígios do traço de uma possível letra D, compreensível segundo a seqüência das identificações dos cursos d'água na legenda, a qual, infelizmente, não dispomos quando compusemos esse texto.

A materialidade percebida por meio da gravura associada ao eloqüente posicionamento das construções, erigidas na desembocadura do córrego, corroborada pelo nível de detalhamento que permite inferir a presença das estruturas murarias e, em seguida, a sua função, fornecem subsídios inéditos e dificilmente superáveis por registros de ordem escrita discursiva que são basilares na orientação de futuras intervenções físicas no solo da cidade. Tais intervenções tanto podem ser de caráter público, como a melhoria do mobiliário urbano, a implantação ou ampliação de serviços de água, eletricidade, telefonia, esgotamentos sanitários, substituição de calçamento entre outros, quanto de cunho privado, no interior dos imóveis e por interesse direto dos proprietários. Durante essas operações é possível ter-se acesso aos contextos "arquivados" sob o solo, com o acompanhamento de um profissional conhecedor da práxis arqueológica, ou mesmo e esse seria o ideal na questão, com a prévia prospecção das áreas a serem impactadas por qualquer tipo de obra dentre as supracitadas. Com a observância desse mínimo cuidado com o patrimônio arqueológico, aliás, é oportuno que aqui se lembre, protegido por lei federal cuja inobservância resulta em sanções previstas na mesma legislação, poder-se-á estabelecer um apanhado de diretrizes que nortearão o Plano Diretor Cidade, no que diz respeito a esse seu precioso bem, substância da sua história e sua identidade.

ASPECTOS DA "VILA DE CACHOEIRA" NO FINAL DO SÉCULO XVIII

Glossário de termos utilizados

Abside: extremidade semicircular de uma igreja.

Adro: espaço público mais aberto perante as igrejas.

Alpendre: espécie de pequena cobertura que protege a entrada do sol e da chuva.

Altar-mor: altar único ou principal de um templo.

Cantaria: técnica construtiva que emprega pedras com ou sem argamassa.

Copiar: tipo de cobertura relativamente ampla à entrada da igreja, para abrigar os fiéis.

Duas águas: telhado formado por dois planos para o escoamento das chuvas.

Frontão: coroamento triangular da fachada.

Galilé: um tipo de antecâmara que precede a nave.

Guião: tipo de bandeirola.

Lioz portuguesa: uma rocha calcária de Portugal muito própria para trabalhos escultóricos.

Nártex: espécie de cômodo prévio à nave.

Nave: parte central de uma igreja.

Óculo: abertura que permite a entrada de luz e circulação de ar.

Platibandas: arremates das paredes que se projetam acima do telhado.

Respiros quadrilobados: aberturas na parede para iluminação e ventilação na forma de trevo de quatro folhas.

Torre sineira: torre que suporta o sino.

Três águas: formado por três planos para o escoamento das chuvas.

Ilustrações utilizadas

Gravura aquarelada. Título: “*Mapa da Vila de Cachoeira*”. s/data. Autor não identificado. Reproduzida no livro: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 55.

Carta da Cidade de Cachoeira e São Félix. “*Cachoeira e S Félix Situação dos Centros Históricos*.” Escala 1:8000. Reproduzida no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1997, p. 33.

Referências bibliográficas

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras vol. 1 (1), 2007

INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA BAHIA, Volume III, Monumentos e Sítios do Recôncavo, II Parte, Secretaria da Cultura e Turismo, Governo do Estado da Bahia, 2ª Ed. 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Pasado: por uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *Ouro Preto: A cidade sagrada*. Anais do Museu Histórico Nacional. Ministério da Cultura/IPHAN: Rio de Janeiro, vol., 35, p. 249-267, 2003.

PINHO, Wanderley. *Era Assim o Recôncavo*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 147 (351): 391-393, abr./jun. 1986.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000. (Coleção Uspiana – Brasil 500 Anos).

SMITH, Robert Chester. Some Views of Colonial Bahia. *Revista da Academia Nacional de Belas Artes*, Lisboa, 2ª série, nº. 1, 1948.